

# Desenvolvimento Social

## GABINETE DA SECRETÁRIA

**Resolução SEDS - 21, de 1º-9-2020**

Altera o anexo da Resolução SEDS 14, de 22-05-2020, que dispõe sobre a Norma Operacional Básica para a Ação Alimento Solidário e dá providências correlatas.

A Secretária Estadual de Desenvolvimento Social, com fundamento no Decreto Legislativo 2.493, de 30-03-2020, e no Decreto 64.879, de 20-03-2020, pela Recomendação do Centro de Contingência do Coronavirus, instituído pela Resolução 27, de 13-03-2020, no Decreto 61.675, de 02-12-2015 e considerando o disposto nos artigos 25 e 26 da Lei federal 8.742, de 07-12-1993, resolve:

Artigo 1º - Alterar a Resolução SEDS 14, publicada no Diário Oficial na data de 23-05-2020, pela nova Norma Operacional da Ação Alimento Solidário.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo I - Norma Operacional da Ação Alimento Solidário considerando o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 (Novo Coronavirus), reconhecido pelo Decreto Legislativo 2.493, de 30-03-2020, e pelo Decreto 64.879, de 20-03-2020;

Considerando a recomendação do Centro de Contingência do Coronavirus, instituído pela Resolução 27, de 13-03-2020, do Secretário de Estado da Saúde, que aponta a crescente propagação do Coronavírus em São Paulo, bem como a necessidade de restringir atividades não essenciais sem colocar em risco a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população;

Considerando o Decreto 61.675, de 2 de dezembro de 2015, que instituiu o Projeto Família Paulista com o objetivo de enfrentar as múltiplas privações das famílias em situação de extrema pobreza e promover o desenvolvimento social;

Considerando as famílias em situação de extrema pobreza, dadas às condições de vida, são mais afetadas pelas adversidades promovidas pelo Covid-19, uma vez que contam com menos recursos e possibilidades de enfrentamento;

Considerando o disposto nos artigos 25 e 26 da Lei federal 8.742, de 7 de dezembro de 1993 ("Lei Orgânica da Assistência Social") e considerando o Decreto 64.879, de 20-03-2020, que institui, no âmbito do Projeto Família Paulista, disciplinado pelo Decreto 61.675, de 2 de dezembro de 2015, a Ação Alimento Solidário, e dá providências correlatas.

A Secretária Estadual de Desenvolvimento Social normaliza: Artigo 1º - A Ação Alimento Solidário beneficiará famílias em situação de extrema pobreza, com renda mensal per capita de até R\$899,00, inscritas no Cadastro Único, que residam nos municípios pertencentes às Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo (Anexo II), enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto 64.879, de 20-03-2020.

Parágrafo único - O critério de elegibilidade estabelecido baseia-se nas maiores taxas de densidade demográfica, que estão associadas às regiões metropolitanas, visto que, devido a conurbação, abrangem áreas urbanas habitacionais, de serviços e industriais, com a presença de deslocamentos pendulares no território e a expansão contínua da malha urbana das metrópoles, o que reforça o fator de risco exponencial para a propagação do Covid-19.

Artigo 2º - Compete à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social:

I. Divulgar amplamente a Ação Alimento Solidário;

II. Fomentar a adesão formal dos municípios à Ação Alimento Solidário;

III. Definir a composição da cesta de alimentos, conforme orientações técnicas de nutricionista.

IV. Selecionar os beneficiários dentro dos critérios de elegibilidade;

V. Disponibilizar a lista de beneficiários para os municípios;

VI. Acompanhar todo o processo logístico de distribuição aos municípios (captação, armazenamento e distribuição);

VII. Disponibilizar, por meio das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social - DRADS, apoio técnico aos municípios e demais parceiros para o bom desempenho da ação;

VIII. Monitorar, por meio das DRADS, as ações dos municípios no âmbito da Ação Alimento Solidário;

IX. Receber e ratificar, por meio das DRADS, o Relatório de Execução da Ação Alimento Solidário.

Artigo 3º - Compete aos municípios:

I. Aderir formalmente à Ação Alimento Solidário;

II. Receber a lista de beneficiários apresentada pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo;

III. Receber e armazenar adequadamente as cestas de alimentos distribuídas pelo Governo do Estado;

IV. Notificar as famílias beneficiárias da Ação Alimento Solidário;

V. Distribuir localmente as cestas de alimentos às famílias beneficiárias;

VI. Encaminhar para a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, por meio das DRADS, o Relatório de Execução da Ação.

§1º. O prazo de entrega do Relatório de Execução da Ação será de 30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias, desde que devidamente justificadas, contados da data de recebimento das cestas pelo Município, sob pena do não recebimento da entrega subsequente, se houver.

§2º. Em virtude do agravamento da situação de vulnerabilidade social gerada pela pandemia do Coronavirus nas metrópoles paulistas, as Prefeituras de municípios com mais de 900.000 (novecentos mil) habitantes poderão distribuir as cestas de alimentos conforme lista de beneficiários elaborada pelas respectivas Secretarias de Assistência Social, desde que preenchidas as seguintes condições:

I. Respeitar o público-alvo da Ação Alimento Solidário e a quantidade de cestas disponibilizadas pelo Estado;

II. Cadastrar no CadÚnico as famílias em extrema pobreza beneficiadas que não estejam inscritas nessa condição.

Artigo 4º - As cestas de alimentos deverão ser armazenadas em local limpo, organizado, ventilado e protegido da luz solar direta, livre de entulho e de material tóxico, distantes do piso (sobre pallets, prateleiras ou estrados) e separadas de materiais de limpeza, conforme a legislação sanitária vigente.

Artigo 5º - As cestas de alimentos deverão ser entregues aos beneficiários da Ação Alimento Solidário mediante a distribuição de senhas, a fim de se evitar aglomerações nos pontos de entrega.

Parágrafo único. Sugere-se que, quando possível, o município realize a entrega das Cestas de Alimentos mediante o agendamento de horários.

Artigo 6º - As Prefeituras Municipais deverão apresentar à Secretaria de Desenvolvimento Social, por meio das DRADS,

observados os prazos estabelecidos no §1º do artigo 3º desta resolução, o Relatório de Execução da Ação, devidamente assinado pelo Gestor Municipal da Assistência Social, contendo:

I. Cópia da ordem de distribuição do Governo do Estado de São Paulo devidamente protocolada, com data de recebimento pelo município e assinatura;

II. Identificação dos pontos de armazenamento das cestas de alimentos, com comprovações fotográficas das condições de armazenamento;

III. Identificação das datas e locais de distribuição das cestas de alimentos;

IV. Descrição das medidas adotadas para evitar aglomerações, com comprovações fotográficas;

V. Descritivo das ocorrências e soluções adotadas pelos municípios;

VI. Relação de Beneficiários efetivamente atendidos pelo município com nome completo do responsável familiar (RF) e número de identificação social (NIS).

§1º. Na hipótese do §2º do artigo 3º desta Resolução, o Relatório de Execução da Ação deverá contemplar a relação de famílias beneficiadas elaborada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e sua respectiva inscrição no CadÚnico.

§2º. Caberá às DRADS analisar a documentação apresentada pelo município, conforme critérios e normas aqui estabelecidos, e comunicar a Coordenação Geral da Ação Alimento Solidário qualquer não conformidade para as devidas providências.

Artigo 7º - Caso haja excedente de cestas de alimentos por falta de condições em encontrar determinada família que comporia a lista dos elegíveis, o município poderá destinar cestas de alimentos para famílias não constantes na relação de beneficiários encaminhada pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, desde que:

I. A família beneficiada esteja em situação de extrema pobreza, com renda mensal per capita de até R\$899,00;

II. A família beneficiada seja inserida no Cadastro Único quando do recebimento da cesta de alimentos;

III. A taxa realizada seja justificada formalmente no relatório de execução;

Artigo 8º - Caso haja excedente de cestas de alimentos por deliberação do não aceite do Termo de Adesão por parte de qualquer município elegível, as cestas de alimentos serão destinadas a municipalidade mais vulnerável da mesma região metropolitana, conforme o Índice Paulista de Responsabilidade Social 2018 e a maior quantidade de famílias em extrema pobreza.

Artigo 9º - Os casos omissos nesta Resolução serão analisados e resolvidos pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, por meio da Coordenação Geral da Ação Alimento Solidário, em articulação com as DRADS, municípios e demais parceiros.

Parágrafo único. A Coordenação Geral da Ação Alimento Solidário é composta pelo Secretário de Desenvolvimento Social, pelo Secretário Executivo de Desenvolvimento Social, pelo Chefe de Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Social e pela Coordenadora de Desenvolvimento Social.

Artigo 10º - A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social expedirá Instruções Normativas e Operacionais para a Ação Alimento Solidário, quando couber.

Artigo 11º - A presente Norma Operacional Básica para a Ação Alimento Solidário poderá ser alterada por Resolução do Titular desta Pasta.

ANEXO II - Municípios pertencentes às Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo

Região Metropolitana da Baixada Santista (9 municípios)	
ID	Município
1	Bertioga
2	Cubatão
3	Guarujá
4	Itaímar
5	Mongaguá
6	Penha
7	Praia Grande
8	Santos
9	São Vicente

Região Metropolitana de Campinas (20 municípios)	
ID	Município
10	Americana
11	Atibaia
12	Campinas
13	Comandante
14	Engenheiro Calixto
15	Holambra
16	Hortolândia
17	Indiápolis
18	Itatiba
19	Jaguariúna
20	Monte Mor
21	Ourinhos
22	Novo Odessa
23	Paulínia
24	Pedreira
25	Santa Bárbara d'Oeste
26	Santo Antônio de Posse
27	Sumaré
28	Valinhos
29	Vinhedo

Região Metropolitana de Ribeirão Preto (34 municípios)	
ID	Município
30	Altinópolis
31	Barnim
32	Estadista
33	Brodowski
34	Cajuru
35	Cássia dos Rios Pretos
36	Craíunas
37	Dumont
38	Guatubera
39	Guatapará
40	Jaborandi
41	Jardimópolis
42	Luís Antônio
43	Mooca
44	Monte Alto
45	Morro Aguçu
46	Nupuranga
47	Orlândia
48	Pitangueiras
49	Pontal
50	Pradópolis
51	Ribeirão Preto
52	Salinas
53	Salesópolis
54	Santa Cruz da Esperança
55	Santa Rita do Passa Quatro
56	Santa Rosa de Viterbo
57	Santo Antônio de Alegria
58	São Simão
59	São João del-Rei
60	Serra Azul
61	Sertãozinho
62	Taiáua
63	Tambuí
64	Taguaçuara

Região Metropolitana de Sorocaba (27 municípios)	
ID	Município
65	Alambari
66	Aluminio
67	Araçatuba
68	Arçatuba
69	Botuoca
70	Capela do Alto
71	Cerquilha
72	Cesário Lange
73	Ilhópolis
74	Itapetininga
75	Itu
76	Jumirim
77	Marquês
78	Meimão
79	Pinhalzinho
80	Porto Feliz
81	Salto
82	Salto de Pirapora
83	São Miguel Arcanjo
84	São Roque
85	Sargol
86	Sorocaba
87	Taguaçuara
88	Taubaté
89	Tejupé
90	Votorantim

Região Metropolitana de São Paulo (39 municípios)	
ID	Município
91	Araraquã
92	Barretos
93	Birás de Minas
94	Cajamar
95	Caraguatatuba
96	Coíca
97	Diadema
98	Embu das Artes
99	Embu-Guaçu
100	Itapetininga
101	Francisco Morato
102	Francisco das Chagas
103	Francisco de Paula
104	Guararema
105	Guarulhos
106	Itapetininga
107	Raposo
108	Raposo Tavares
109	Santa Rita do Passa Quatro
110	Trabassulo
111	Itaquape
112	Itapetininga
113	Mairiporã
114	Mauá
115	Mogi das Cruzes
116	Osasco
117	Piedade do Bom Jesus
118	Ribeirão Preto
119	Ribeirão Preto
120	Ribeirão Preto
121	Ribeirão Preto
122	Ribeirão Preto
123	Ribeirão Preto
124	Ribeirão Preto
125	Ribeirão Preto
126	Ribeirão Preto
127	Ribeirão Preto
128	Ribeirão Preto
129	Ribeirão Preto

Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (39 municípios)	
ID	Município
130	Aguaçu
131	Araruama
132	Armação
133	Bananal
134	Castro
135	Castro
136	Castro
137	Castro
138	Castro
139	Castro
140	Castro
141	Castro
142	Castro
143	Castro
144	Castro
145	Castro
146	Castro
147	Castro
148	Castro
149	Castro
150	Castro
151	Castro
152	Castro
153	Castro
154	Castro
155	Castro
156	Castro
157	Castro
158	Castro
159	Castro
160	Castro
161	Castro
162	Castro
163	Castro
164	Castro
165	Castro
166	Castro
167	Castro
168	Castro
169	Castro
170	Castro

Região Metropolitana de São Paulo (39 municípios)	
ID	Município
171	Castro
172	Castro
173	Castro
174	Castro
175	Castro
176	Castro
177	Castro
178	Castro
179	Castro
180	Castro
181	Castro
182	Castro
183	Castro
184	Castro
185	Castro
186	Castro
187	Castro
188	Castro
189	Castro
190	Castro
191	Castro
192	Castro
193	Castro
194	Castro
195	Castro
196	Castro
197	Castro
198	Castro
199	Castro
200	Castro

Região Metropolitana de São Paulo (39 municípios)	
ID	Município
201	Castro
202	Castro
203	Castro
204	Castro
205	Castro
206	Castro
207	Castro
208	Castro
209	Castro
210	Castro
211	Castro
212	Castro
213	Castro
214	Castro
215	Castro
216	Castro
217	Castro
218	Castro
219	Castro
220	Castro
221	Castro
222	Castro
223	Castro
224	Castro
225	Castro
226	Castro
227	Castro
228	Castro
229	Castro
230	Castro

Região Metropolitana de São Paulo (39 municípios)	
ID	Município
231	Castro
232	Castro
233	Castro
234	Castro
235	Castro
236	Castro
237	Castro
238	Castro
239	Castro
240	Castro
241	Castro
242	Castro
243	Castro
244	Castro
245	Castro
246	Castro
247	Castro
248	Castro
249	Castro
250	Castro
251	Castro
252	Castro
253	Castro
254	Castro
255	Castro
256	Castro
257	Castro
258	Castro
259	Castro
260	Castro

Região Metropolitana de São Paulo (39 municípios)	
ID	Município
261	Castro
262	Castro
263	Castro
264	Castro
265	Castro
266	Castro
267	Castro
268	Castro
269	Castro
270	Castro
271	Castro
272	Castro
273	Castro
274	Castro
275	Castro
276	Castro
277	Castro
278	Castro
279	Castro
280	Castro
281	Castro
282	Castro
283	Castro
284	Castro
285	Castro
286	Castro
287	Castro
288	Castro
289	Castro
290	Castro

Região Metropolitana de São Paulo (39 municípios)	
ID	Município
291	Castro
292	Castro
293	Castro
294	Castro
295	Castro
296	Castro
297	Castro
298	Castro
299	Castro
300	Castro
301	Castro
302	Castro
303	Castro
304	Castro
305	Castro
306	Castro
307	Castro
308	Castro
309	Castro
310	Castro
311	Castro
312	Castro
313	Castro
314	Castro
315	Castro
316	Castro
317	Castro
318	Castro
319	Castro
320	Castro

## CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO

Comunicado  
Pauta da Reunião Plenária Extraordinária CEISP  
Reunião Plenária Extraordinária por meio de videoconferência pelo sistema TEAMS.

Data: 04-09-2020  
Primeira Convocação às 14h e 2ª Convocação às 14h30. O término da reunião está previsto para às 17h.

Ordem do dia:  
- Verificação do quórum, qualificação e habilitação de Conselheiros;